

Para citar este artículo: Silveira, A. C. M., Hartmann, C., & Bock, M. B. (2023). Miatização e disputa de sentidos na Amazônia: identidade cultural versus securitização. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*, 16(2). <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.12513>

MIDIATIZAÇÃO E DISPUTA DE SENTIDOS NA AMAZÔNIA: IDENTIDADE CULTURAL VERSUS SECURITIZAÇÃO

Mediatización y disputa de sentidos en la Amazonía: identidad cultural versus securitización

Mediatization and Dispute about Meanings in the Amazon: Cultural Identity versus Securitization

Ada Cristina Machado da Silveira, Universidade Federal de Santa Maria
ada.silveira@ufsm.br

Camila Hartmann, Universidade Federal de Santa Maria
camilahartmann6@gmail.com

Marjorie Barros Bock, Faculdade Santo Ângelo
marjbock@gmail.com

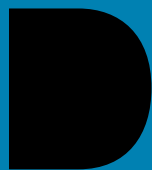
Recebido: 28 de setembro de 2022

Aprovado: 17 de abril de 2023

Data de pré-publicação: 1 de agosto de 2023

RESUMO

O artigo decorre de uma investigação da mediação de processos comunicacionais no âmbito das fronteiras internacionais do Brasil em sua relação com países colindantes. A comunicação midiática é problematizada com a análise da atividade noticiosa realizada por via digital em contexto da Amazônia transfronteiriça. Investigamos as condições de exercício da comunicação de proximidade na mídia da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru



(BRA-COL-PE). A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica sobre o tema. A abordagem teórica considera prescrições de documentos oficiais dos Estados nacionais, além de literatura no tema da mediação e da comunicação de proximidade. A análise do papel da mídia para a democratização e desenvolvimento da coesão local envolve considerar sua capacidade de superar a concepção de fronteira como espaço de fluxo em favor de um espaço de lugar. Nossa hipótese é a de que a compreensão da comunicação de proximidade exerce o mandato de integração tensionando as dimensões da identidade cultural transfronteiriça em construção com a dimensão securitária. Os resultados consideram que a ecologia midiática local concede suporte à atualização mediada da identidade cultural transfronteiriça, ao mesmo tempo em que reitera sentidos securitários, e o faz modalizando o impacto de políticas externas distintas e soberanistas para as fronteiras nacionais, no caso, de três Estados nacionais.

Palavras-chave: mediação; comunicação; securitização; tríplex fronteira; cultura de fronteira.

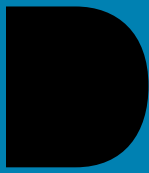
RESUMEN

El artículo parte de una investigación sobre la mediación de los procesos comunicacionales en el ámbito de las fronteras internacionales de Brasil en su relación con los países vecinos. Se reflexiona a cerca de la actividad comunicativa mediática con el análisis de la actividad noticiosa realizada por medios digitales en el contexto de la Amazonía transfronteriza. Se investigaron las condiciones de ejercicio de la comunicación de proximidad en los medios de la triple frontera Brasil, Colombia y Perú (BRA-COL-PE). La metodología consiste en una revisión bibliográfica sobre el tema. El abordaje teórico considera prescripciones de documentos oficiales de los tres Estados nacionales, así como literatura sobre el tema de la mediación y la comunicación de proximidad. El análisis del papel de los medios para la democratización y el desarrollo de la cohesión local implica considerar su capacidad para superar el concepto de frontera como espacio de flujo a favor de un espacio de lugar. Nuestra hipótesis es que la comprensión de la comunicación de proximidad ejerce el mandato de integración al tensionar las dimensiones de identidad cultural transfronteriza en construcción con la dimensión securitizadora. Los resultados consideran que la ecología mediática local apoya la actualización mediada de la identidad cultural transfronteriza, al mismo tiempo que reitera significados securitarios, y lo hace al modalizar el impacto de políticas exteriores diferenciadas y soberanistas para las fronteras nacionales, en este caso, de tres Estados nacionales.

Palabras clave: mediación; comunicación; securitización; triple frontera; cultura de frontera.

ABSTRACT

The study is based on an investigation of the mediation of communication processes in the Brazilian international border with respect to Brazil's relationship with neighboring countries. In this study, we reflect upon the media's communicative activity by analyzing the activities of digital media in the context of the transborder Amazon. We



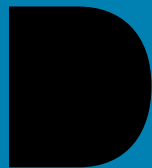
study the conditions of the media's proximity communication of the triple border: Brazil, Colombia, and Peru. The methodology consists of a bibliographic review on the subject. The study utilizes a theoretical approach considering extracts of official documents of the three states, as well as literature on the subject of mediatization and proximity communications. The analysis of the role of the media in democratization and the development of local cohesion considers its ability to overcome the concept of the border as a space of flows in favor of a space of places. We hypothesize that the understanding of proximity communication exercises the integration mandate by tensioning the dimensions of cross-border cultural identity under construction with the securitizing dimension. The results find that the ecology of the local media supports mediatized actualization of cross-border cultural identity; simultaneously, it reiterates securitizing meanings. It does so by modulating the impact of differentiated sovereign foreign policies for national borders, in this case, of the three states.

Keywords: Mediatization; communication; securitization; triple border; border culture.

Introdução

As questões securitárias converteram-se em obsessão informativa a partir da digitalização dos processos midiáticos ocorrida no presente século, constatando o que Michel Foucault (2008) já havia identificado como “triângulo problemático: segurança, território e população” (p. 7). São temas que ocupam as manchetes do noticiário diariamente, proporcionando a sistematização de espaços tópicos e espaços heterotópicos que afetam especialmente as populações dos limites fronteiriços. A concepção de noticiabilidade que preside tal sistematização concede aos primeiros, os espaços tópicos, uma aura não explicitada e tacitamente assumida de lugares onde as ocorrências noticiosas são normalizadas. Aos espaços heterotópicos, concede-se uma visibilidade de excepcionalidade, muito em acordo com o interesse midiático. E pensar a relação entre cobertura noticiosa e acontecimentos conflituos estimula uma leitura contemporânea dos conceitos de democracia e cidadania ativa e participativa. As preocupações com a circulação de informação possuem íntima relação com as estruturas de poder, como o biopoder, a vigilância e o disciplinamento. Enquanto a comunicação se complexifica, as relações sociais ganham outras formas, se estabelecem de maneiras diversas e passam a ser mediadas por tecnologias digitais. O presente artigo dedica-se a elucidar tais aspectos, a partir da análise de legislações nacionais de Brasil, Colômbia e Peru.

Estudar a atuação da mídia permite, em tais condições, incrementar sua compreensão como agente securitizador. Questionamos as políticas governamentais predominantes para os problemas de segurança, dado que elas têm sido de amplitude limitada por seu foco em respostas coercitivas. Conforme se explicita no texto, entende-se que as autoridades têm dado prioridade a ações paliativas, mas de amplo efeito midiático.



A atividade comunicacional midiática é aqui problematizada com a análise de processos realizados por via digital em contexto da Amazônia, concebida como região de identidade transfronteiriça. O artigo se ocupa do tópico aspectos integrativos, transnacionais e transfronteiriços que se fizeram notórios com a expansão das mídias de circulação digital. Recorremos à análise de argumentos presentes em políticas securitárias dos Estados nacionais da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru (BRA-COL-PE) com vistas a aceder à compreensão da atividade comunicacional midiática. Trata-se de um contexto em plena selva amazônica, lugar em que a ameaça do conflito armado determina agendas. Guerrilha e narcotráfico, ademais de refugiados de outras condições, instauram a particular “ordem de noticiabilidade”. É nele que buscamos aprofundar a compreensão do papel da mídia para a democratização e desenvolvimento da coesão local na perspectiva do Sul global, de mediação periférica.

Neste artigo, buscamos contemplar aspectos gerais do exercício da comunicação de proximidade na mídia da tríplice fronteira referida. A abordagem considera prescrições expostas em documentos e sites oficiais do Estado brasileiro, com breves menções a documentos dos Estados colombiano e peruano. As dificuldades do trato comparativo decorrem da familiaridade das pesquisadoras com o contexto brasileiro, a par da dificuldade de acesso a documentos digitalizados dos Estados colombiano e peruano.

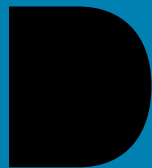
O contexto conflitivo que costuma demarcar a noticiabilidade sobre a Amazônia requer a aproximação a noções habitualmente trabalhadas por pesquisadores de questões securitárias, como os de paradiplomacia e de poder brando. Assim, o esforço comunicacional em análise envolve considerar a capacidade de superar a concepção de fronteira como espaço de fluxo em favor de um espaço de lugar.

Há menções específicas também a estudos empíricos sobre o que, genericamente, denominamos de exercício da noticiabilidade nas condições dos confins nacionais na América do Sul, as quais se encontram nas seções de análise empírica sobre aspectos de estigmatizações estabelecidas pela mídia de referência, bem como seus desafios para a comunicação de proximidade presente em seu sistema de ecologia midiática.

A hipótese que trabalhamos é a de que a compreensão da comunicação de proximidade na tríplice fronteira BRA-COL-PE exerce o mandato de integração, tensionando as dimensões da identidade cultural transfronteiriça em construção com a dimensão securitária.

O artigo decorre de uma investigação desenvolvida desde a perspectiva da mídia como agente securitizador e sua incidência na mediação de processos comunicacionais ocorridos no âmbito das fronteiras internacionais do Brasil e sua relação com países colindantes.¹ Ele está composto por quatro seções que expõem a contraposição de ordens jurídicas nacionais para o estabelecimento de restrições que, com a emergência da comunicação digital, estão sendo impactadas. É um arcabouço legal que articula políticas públicas securitárias (vale dizer, para segurança pública, nacional e defesa) e que determinam à atividade comunicacional profissional a circulação de conteúdos midiáticos que podem ser interpretados como exercício do poder brando. São argumentos que, na última seção, encaminham considerações envolvendo mídia, identidade cultural e securitização.

1 A investigação, em suas diversas fases, contou com recursos da Capes, Demanda Social do PPG Comunicação da UFSM e do CNPq, processo PQ 2020 312666/2020-9. Também está vinculada ao auxílio 0862/2020, processo 88881.465493/2019-01, programa CAPES-STINT.



Políticas públicas e concepção securitária

Desde uma perspectiva histórica, pode-se considerar que a consolidação do sistema radiofônico brasileiro no século xx permitiu que ele se ocupasse de tarefas informativas atinentes à mobilização nacional, principalmente durante os períodos chamados ditatoriais (Governos Getúlio Vargas de 1930-1945 e Ditadura civil-militar de 1964-1985). É senso comum na comunidade de pesquisadores de comunicação e mídia considerar que os governos militares promoveram o sistema de telecomunicações e constituíram o que se denominou *integração nacional*, constituída por um sistema nacional de radiodifusão em que a televisão aberta e comercial ganhou impulso (Matos, 2010).

Na atualidade, a realidade tende a tornar-se muito distinta. As plataformas, através das redes de mídias sociais digitais, vêm ocupando o protagonismo que antes o jornal, cinema, rádio e televisão ocuparam. Convém apontar que, na primeira versão do Livro Branco da Defesa Nacional, a então presidenta Dilma Rousseff abordou o ambiente estratégico do século XXI: “Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados ‘conflitos do futuro’, quais sejam, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais” (Brasil, 2012, p. 28).

No caso brasileiro, alguns estudos buscam avaliar a importância de aspectos comunicacionais e midiáticos em seu vasto território, principalmente o que a legislação brasileira já de longa data denomina de *faixa de fronteira*, conforme se expõe na seção intitulada “A ecologia midiática da tríplice fronteira” do presente artigo. Essa noção atualmente corresponde aos 150 quilômetros internos do território brasileiro em suas fronteiras com dez países sul-americanos (Brasil, 2005). Tais 150 quilômetros tiveram seus limites redesenhados em vários momentos após sucessivas demarcações, uma política que data do império do Brasil no século XIX e que possui legislação continuada historicamente.² Impedimentos foram historicamente colocados para o desenvolvimento informacional e comunicacional da faixa de fronteira, com interdições à propriedade por estrangeiros de veículos de comunicação, inexistência de pistas de pouso aéreo, ou de que outro idioma fosse falado nos veículos de comunicação impressos, audiovisuais ou sonoros.

Assim como os referidos, outros antecedentes estabeleceram as bases legais da questão fronteiriça no Brasil com incidência em questões comunicacionais. Tais aspectos merecem recordar a filosofia expressa no Livro Branco da Defesa Nacional brasileiro em referência à faixa de fronteira e sua completa isenção quanto à atividade profissional de jornalistas e/ou de comunicadores sociais:

2 A faixa de fronteira brasileira “está definida pela Lei nº 6634, de 2 de maio de 1979 a qual revogou a Lei nº 2597, de 12 de setembro de 1955 e alterou o Decreto-lei nº 1135, de 3 de dezembro de 1970”. Este e outros dados históricos são analisados por Silveira e Adamczuk (2004, p. 4), assim como a evolução da delimitação da faixa de fronteira nas constituições brasileiras, com destaque para o Decreto-lei nº 1164, de 18 de março de 1939, no qual o presidente Getúlio Vargas dispunha “sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas”. Através de seu artigo 18, determinou-se estar “vedada a impressão ou circulação de jornal, revistas, anuários, boletins e outras publicações periódicas em língua estrangeira, sob pena de apreensão dos exemplares e fechamento da tipografia e prisão celular dos responsáveis” (2004, p. 18).



[...] embora este conceito esteja preliminarmente ligado à defesa Nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais. (Brasil, 2012, p. 15)

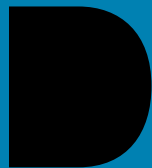
São, no entanto, antecedentes legais que frisam a compreensão de questões securitárias. A referência à mobilização nacional na Constituição brasileira prevê, em seu artigo 22, inciso xxviii, e artigo 84, inciso xix: “A mobilização nacional é um instrumento legal que tem por objetivo manter o país preparado para fazer frente a uma eventual agressão estrangeira” (Brasil, 1988). Ela foi regulamentada na Lei 11.631. As duas versões do Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2012, 2020) igualmente se ocupam da mobilização nacional. No entanto, não há proposição de uma política de informação ou de comunicação, seja de parte dos políticos, seja de parte das forças militares, pelo menos desde uma perspectiva formal. E a percepção do vazio encaminha para o exercício de paradiplomacia, conforme já referido, a qual possui aplicação difusamente estabelecida na atividade comunicacional midiática.

O marco legal de políticas de segurança da faixa de fronteira do Brasil é o Plano Estratégico de Fronteiras, o qual articula agentes federais de defesa, segurança pública e receita federal (Brasil, 2011). Sua limitação consiste em não regular a cooperação entre os entes de nível federal e estadual. Não o fazendo, mantém-se um profundo espaço de construção de atividades de cooperação que, por sua vez, repercutem nos agentes locais. Tal aspecto remete à questão sobre qual é o papel da mídia local na dinâmica de relações de agentes locais, regionais/distritais e/ou nacionais (quando os há) de âmbito transfronteiriço.

Atualmente, a identificação de novas ameaças em articulação com o enfrentamento das ameaças tradicionais é reconhecida pelo Estado brasileiro ao considerar que suas fronteiras estão especialmente afetadas pelos denominados ilícitos transnacionais, especificamente aqueles pertinente a “crimes contra a pessoa, compreendendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes”, à diferença do ambiente litorâneo e metropolitano do Atlântico Sul, que se encontraria mais exposto aos “crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro e a corrupção” (Brasil, 2012, p. 259).

A par do desenvolvimento de políticas securitárias, a concepção de segurança presente nos documentos do Estado brasileiro passou a absorver a possibilidade de os conflitos serem produzidos internamente. Uma vigorosa iniciativa realizou-se em 2009, envolvendo o governo federal brasileiro, forças armadas, pesquisadores de segurança e defesa e profissionais de mídia do Brasil e estrangeiro, reclamando uma ampliação do debate securitário com vistas ao envolvimento da sociedade civil (Jobim et al., 2010). Ela, no entanto, pouco redundou na implementação de políticas públicas no tema da comunicação midiática.

O Estado peruano também registra a importância de suas relações bilaterais com o Brasil, afirmando preocupações securitárias em termos de “cooperación e integración, protección de la Amazonía, complementación de las economías, impulso a la interconexión física, promoción del comercio, inversiones y turismo; desarrollo sostenible, combate al narcotráfico y lucha contra la pobreza” (Peru, 2006, p. 34). O texto reconhece a natureza complementar das relações bilaterais, tomada como “aliança estratégica” e manifesta a importância da relação com a Colômbia, referendando aspectos de democracia, direitos fundamentais, crescimento econômico e integração interamericana.



É possível observar que, dentre as legislações referentes à ecologia midiática e à atuação de profissionais de comunicação e mídia, como podem ser os jornalistas, foi o Estado colombiano que atentou para o tema, algo que não ocorreu no Brasil. Estabelecendo um breve comparativo, a Colômbia em seu Libro Blanco (2003, p. 44) talvez seja o Estado nacional que melhor afirme a preocupação com a democracia e proteção de atividades profissionais em seu favor, a causa da relação entre terrorismo e comunicação:

El Estado promoverá y respaldará la reflexión por parte de los periodistas y de los medios acerca de cuál debe ser su papel en una democracia en peligro: si sus prácticas periodísticas respaldan los valores democráticos, qué fuentes de información legitiman y cuáles son los efectos del lenguaje que utilizan. (Colômbia, 2003, p. 64)

Análise da dimensão empírica da comunicação midiática

As constatações de origem empírica sobre a midiaticização das fronteiras brasileiras e suas comunidades transfronteiriças possuem poucos estudos realizados por pesquisadores de comunicação e mídia. A presente seção, assim como a seguinte, está detida na sistematização de alguns achados empíricos de pesquisa. Sua análise é proposta com vistas a abordar nossa hipótese de que a compreensão da comunicação de proximidade na tríplice fronteira BRA-COL-PE exerce o mandato de integração, tensionando as dimensões da identidade cultural transfronteiriça em construção com a dimensão securitária.

Estigmatizações e esconjuros da comunicação de proximidade

Ao constatar as estigmatizações estabelecidas pela mídia de referência no desenvolvimento da noticiabilidade das fronteiras internacionais brasileiras e, em particular, o caso da tríplice fronteira BRA-COL-PE, é notória a relação depreciativa. Conforme analisam Silveira et al. (2017), ela é decorrente de uma concepção litorânea da nacionalidade brasileira vigente na atividade profissional de redações concentradas historicamente nas capitais metropolitanas.

Vale dizer que a noticiabilidade pode ser situada analogamente à ordem do discurso (Foucault, 1996), na medida em que também é própria de um período específico, possui uma função reguladora, normativa, e põe em funcionamento procedimentos de organização do real. A composição da noticiabilidade requer, portanto, considerar aspectos hegemônicos, alternativos e negociados, por exemplo, dos fluxos informativos instaurados pela mídia. Estudos sobre os fluxos hegemônicos incidentes na Amazônia dão conta de que ela é tratada como um espaço heterotópico não comportado pela ordinariedade do Brasil litorâneo (Silveira et al., 2017). A noticiabilidade sobre a Amazônia concentra pautas e atores do interesse das metrópoles litorâneas em suas relações financeiras e econômicas globalizadas: “estes profissionais [jornalistas], ainda que morando no país, escrevem sobre a Amazônia sem ir à Amazônia. Tais profissionais residem principalmente na região Sudeste do Brasil, onde a chamada ‘grande imprensa’ do país está sediada” (Dalmolin & Silveira, 2016, p. 2).

A cobertura da mídia de referência brasileira observa uma hierarquização proveniente de longa data da comunicação internacional, a qual atualiza jornalisticamente uma relação colonial. Estudos que buscam desconstruir valores na disputa jornalística pela Amazônia dão conta da deficiência noticiosa instaurada (Silveira & Strassburguer, 2013).



O entendimento do jornalismo, ou qualquer atividade noticiosa sistemática, como agente midiático de securitização, detentor de competências de vigilância e de controle social, é incrementado com a emergência das plataformas digitais. A convergência digital descortina o impacto para o desenvolvimento de sistemas de inovação e dos processos de midiatização em curso. Dentre eles, o jornalismo de plataforma como prática inovadora, tendo em vista a redefinição do campo informacional como um todo, dado que a midiatização pode ser concebida como um metaproceto que abarca fenômenos muito amplos.

Entrelaçada com importantes processos sociais da alta modernidade, a midiatização compõe o conjunto de transformações que ocorreram nas últimas décadas: globalização, secularização e individualização, as quais demonstram interconexões que afetam as relações dos indivíduos e a sociedade (Hjarvard, 2014). A mídia, assim, não somente constitui-se no *locus* de comunicação. Ela também possibilita, estrutura e altera a maneira como os sujeitos estabelecem suas trocas. O progressivo uso de redes de mídias sociais digitais, especialmente por leigos, por pessoas que não são profissionais do jornalismo, está aprofundando o abismo social e incitando a polarização política. As mídias sociais digitais, no contexto atual, atuam como agente securitizador, mas também no sentido inverso, o de atuar como máquina de guerra informacional.

Lelo (2021) sistematiza criticamente os processos de midiatização no nível metaprocetual, o qual se caracteriza pela distribuição geográfica desigual da exploração do trabalho midiático, bem como por reestruturações produtivas decorrentes de uma midiatização verticalizada. Já os níveis meso e microprocetual seriam responsáveis pelo que denomina de normalização opressiva do espaço social midiatizado, ademais de outras características como a dataficação, a dependência e o reconhecimento ideológico.

Tomando como base alguns estudos empíricos, buscamos avançar na reflexão sobre possíveis impactos da comunicação digital local em temas securitários. No nível microprocetual, sobressai uma análise comparada de três portais jornalísticos localizados nos Arcos Norte, Central e Sul do Brasil, num período de 13 dias, no ano de 2016. O estudo constatou que as notícias com referência à fronteira estão articuladas predominantemente a questões de segurança. Considerando portais eletrônicos atuantes em cidades de pequeno porte como Brasiléia (Acre, no Arco Norte), Paranhos (Mato Grosso do Sul, no Arco Central) e Barracão (Paraná, no Arco Sul), a abordagem securitária é iniludível: “Das 34 matérias sobre a fronteira levantadas, 32 delas têm relação com a questão da segurança” (Sancho et al., 2018, p. 12). O impacto da perspectiva policialesca ou militarizada da abordagem securitizadora faz-se confirmar no padrão de manchetes, prática alicerçada das forças legais e não da atividade noticiosa.

Os desafios para a comunicação de proximidade vêm sendo estudados com crescente atenção (Camponez, 2012). A partir deles, ressaltamos os circuitos de conexão local e interação transfronteiriça com vistas a compreender as dinâmicas da midiatização para produzir um ciclo inverso, de esconjuro da estigmatização disposta pelo midiático do Brasil litorâneo. A necessidade de uma heurística que reflita a dilatação da capacidade discursiva de práticas midiáticas locais é notória. O engessamento da cobertura noticiosa estabelecida com base no poder hierárquico da mídia de referência tem sido avassalador.

Para contrastar o padrão de desafios interpostos ao desenvolvimento da cobertura noticiosa local, recorreremos a um estudo realizado na Noruega. Larsen e Naper (2022) relacionam pesquisas sobre os papéis da mídia local e os recursos do que denominam de “criação de lugar”. O jornalismo local estaria relacionado aos papéis de vigilância e defesa como função comunitária, ao mesmo tempo em que enfatizam sua importância no desenvolvimento do



próprio sentido comunitário. Suas considerações, ao repassar diversas publicações recentes, apontam para a noção de “lentes patrióticas”.

Indagamos, obviamente, a pertinência de extrapolar questões atinentes ao papel da atividade noticiosa num contexto transnacional, transfronteiriço e de midiática periférica da Amazônia com outra proveniente do Norte global. São tão distintas as condições e desafiadoras tarefas postas aos profissionais de mídia sul-americanos que chega a ser temerário colocar tais contextos em comparação. Sua aproximação, no entanto, referenda a importância de desenvolver estudos comparados entre a comunicação midiática de Norte e de Sul global.

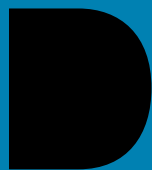
No caso da Amazônia, a precariedade laboral, a história de censura e restrições à liberdade de expressão coincidem em que ser profissional de mídia é ser alvo de represálias, prisão ou morte: “sicário não manda avisar”, afirmou uma profissional de mídia (Silveira & Almeida, 2017). A singularidade da atividade comunicacional na fronteira proporciona constatar que ela é sensível ao contato com outras nações e modaliza aspectos tanto do nível doméstico de um município, como aspectos que lhe são externos. Tal exterioridade, no entanto, possui a marca da internacionalização, vale dizer, que as atividades comunicacionais midiáticas proporcionam a interação entre um ambiente doméstico e um outro, distinto, mas também doméstico, e ambos são atravessados pela heteronomia dos respectivos Estados nacionais, configurando a já referida malha de comunicação local-internacional.

É necessário reconhecer que as atividades comunicacionais midiáticas fronteiriças são de característica local e internacional ao mesmo tempo (Silveira, 2018). A estrutura de malha de comunicação de tríplex fronteira BRA-COL-PE envolve rádios do Estado brasileiro, colombiano, peruano e rádios dos dois primeiros Estados presentes na ilha peruana de *Santa Rosa del Yavari*. Uma iniciativa de políticos e forças religiosas, especialmente tendo em vista o silêncio midiático da região, considerada um deserto de notícias (Atlas da Notícia, 2022). E, se a regulação da radiodifusão possui certa debilidade no Peru, ao passo que encontram rigidez no Brasil e Colômbia, essa condição resulta favorecedora a todos.

Vale recordar que, no passado, o impacto social de rádios comunitárias bolivianas representou um forte impulso de comunicação popular. A experiência, no entanto, expõe as dificuldades que a atividade de radiodifusão encontra tanto no Brasil como na Colômbia (Peruzzo et al., 2011).

Nesta perspectiva, a noção de “criação de lugar” apontada no texto de Larsen e Naper (2022) ganha valor, dado que a atividade comunicacional midiática da tríplex fronteira pode revelar atributos peculiares, e um deles se evidencia quando observamos que a concepção de noticiabilidade dos agentes locais têm compromisso com a comunicação de proximidade através do desenvolvimento da noção de “espaço de local”. Essa noção, proposta por Castells (2015), coloca em oposição a compreensão de um espaço de fluxo, habitualmente destinado à compreensão dos espaços transfronteiriços, em favor da dimensão local, ou “espaço de local”.

Os comunicadores populares, tomados também como atores políticos locais, confluem na opinião de que a atividade noticiosa local é importante para o desenvolvimento de um sentido de comunidade transnacional e transfronteiriça. No entanto, as diferentes perspectivas sobre como deve ser desempenhada a atividade noticiosa encontra controvérsias. Valores do patriotismo ou dos diferentes nacionalismos ali vigentes podem ser considerados um obstáculo para o desenvolvimento comunicacional midiático de suas comunidades. No entanto, cabe indagar se ele investe no senso de patriotismo ou extrapola o patriotismo local em favor de uma identificação panamazônica. Tentamos apresentar alguns argumentos através de uma breve exposição das características empíricas da ecologia midiática local da tríplex fronteira em estudo.



A ecologia midiática da tríplice fronteira

Qualquer levantamento da ecologia midiática detido na tríplice fronteira BRA-COL-PE requer atualizações constantes; a dinâmica ali presente é veloz, especialmente quando incorpora processos digitais. A ampla fronteira do norte do Brasil requer estudos que deem conta de sua diversidade e complexidade comunicacional midiática. A atuação da mídia em cidades fronteiriças carece de estudos sistemáticos. Destacam-se as iniciativas de Correa P. Dornelles e Nazario (2017) e de Müller e Raddatz (2015), os quais se dedicam ao estudo da mídia no Arco Sul.

O Brasil, ao possuir nove encontros de trípliques fronteiras, tem na região amazônica um dos encontros transfronteiriços com maior densidade populacional da região Norte. Ela concentra seu tecido urbano nas cidades gêmeas de Tabatinga (BRA), no estado brasileiro do Amazonas, e de Leticia (COL), capital do estado colombiano também denominado Amazonas. No Peru, a conurbação é fronteiriça ao município de Islandia (PE), tendo a Isla de Santa Rosa del Yavari como localidade próxima, margeada pelo rio Solimões. A vila está situada a 625 quilômetros da cidade de Iquitos, capital do departamento de Loreto e da província de Maynas, principal cidade peruana da região amazônica.

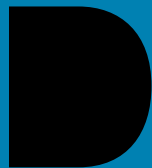
As múltiplas dimensões congregadas pela atividade comunicacional midiática, amparada na digitalização de seus processos, vive em progressiva atualização. A escassez de bancos de dados confiáveis, os desníveis hierárquicos entre as informações prestadas por entes federados de três Estados nacionais e a debilidade de políticas públicas detidas em questões atinentes à complexidade comunicacional midiática dificultam a tarefa. Inovações sociotécnicas crescentes neste campo dinamizam a emergência da indústria criativa no espaço transfronteiriço, o que demanda atenção e esforços qualificados de pesquisa.³

Estudar as especificidades da fronteira ocidental da Amazônia resulta da compreensão de atributos que a área apresenta enquanto espaço transnacional e periférico. Tabatinga emancipou-se de Benjamim Constant em 1983 e no intervalo de 11 anos passou de 52 272 mil habitantes (IBGE, 2010) para uma estimativa de 68 502 (IBGE, 2021). Um incremento significativo ocorre na área, visto que as localidades de Tabatinga e Leticia contemplavam cerca de 90 000 habitantes em 2010 (Euzébio, 2014).

No Brasil, a Rádio Nacional do Alto Solimões, frequências 670 AM e 96.1 FM, estabelecida em Tabatinga, atualmente integrante da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), foi criada em 1982. Com o início da guerra das drogas nos anos de 1970, o controle da rede de emissoras denominadas Rádio Caracol, com presença em Leticia, motivou o governo brasileiro a criar uma emissora radiofônica que somente existia na antiga capital federal do Rio de Janeiro, e na nova capital, Brasília.

Posteriormente, o estabelecimento do *Plan Colombia*, a *Radio Policía*, 98.9 FM, implantada em Leticia, bem como em outras localidades, sob controle do Exército ou da Marinha, compôs um conjunto de iniciativas para a paz social (Colômbia, 2021). O acesso aos meios de comunicação como processo inerente à construção da paz

3 Para o Estado brasileiro, regulações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações definem o impacto de pesquisas e estão expressas na Portaria 1.122, de 19 de março de 2020, quando define as prioridades. Pesquisas como as aqui referidas sobre aspectos comunicacionais midiáticos das fronteiras podem ser enquadradas na área das Tecnologias de Produção, conforme previsto no artigo 5, no setor III-Comunicações. Elas inserem-se ainda em aspectos constantes das Tecnologias Estratégicas, conforme artigo 3, no setor IV-segurança pública e de fronteira.



ganhou importância e foi incorporado no acordo final assinado entre o governo nacional e a guerrilha FARC-EP (Parada Bernal, 2018).

Sinaliza-se a pertinência em abordar questões mais aprofundadas sobre o *Plan Colombia* e seus reflexos na estrutura midiática de muitos Estados, com alta influência do governo norte-americano a partir de um acordo bilateral. As diretrizes pretendiam dar conta de adversidades como a economia ilícita, dentre elas, o narcotráfico. Uma perspectiva securitária atrelada ao militarismo que trouxe consequências causadoras, na análise de alguns, do aumento de desabrigados, da violência social e da miséria (Cordeiro, 2015). A participação de jornalismo em tal processo destacaria o caráter fatal das atividades em curso (Delacour, 2020).

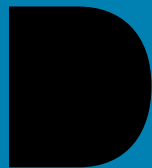
Leticia, como capital provincial, dispõe de equipamento urbano de qualidade, como bibliotecas, várias emisoras comerciais de rádio e de televisão, situação que a coloca em destaque no cenário midiático transfronteiriço. Algumas iniciativas se destacam, como a cadeia de rádio Caracol 93.9 FM que, em 2003, passou ao controle do grupo espanhol Prisa. O grupo editorial *El Tiempo* (eltiempo.com) possui uma versão de plataforma customizada para leitores de Leticia com conteúdo on-line.

Tabatinga, por sua vez, tem uma ecologia midiática mais acanhada. O sinal local de telefonia era e continua precário. Com a intenção de compreender a dinâmica territorial das cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia, Euzébio (2014) analisou a infraestrutura dos dois municípios e verificou que os serviços de telecomunicação e internet da cidade colombiana oferecem qualidade superior em relação ao lado brasileiro. O autor considerava então que “a deficiência tecnológica de Tabatinga em serviços dessa natureza significa uma barreira à fluidez territorial, uma vez que impede ou limita a circulação de informações e ordens entre a cidade e outros lugares” (Euzébio, 2014, p. 46).

A precariedade parece ser tão constante quanto promessas de extensão de fibra óptica. Em 2020, o Ministério Público Federal do Brasil viria a processar as companhias telefônicas Anatel, Claro, Oi, TIM e Vivo devido a insuficiente prestação de serviços em municípios da região do Alto Solimões (Convergência Digital, 2020). A escassez de mídia impressa na região norte e sua estrutura pouco desenvolvida em telefonia e internet é notória. Havia a expectativa de que a Agência Nacional de Telecomunicações instalasse internet banda larga até junho de 2016 (Anatel, 2015). Na apuração do Ministério Público Federal, do segundo trimestre de 2013 até o terceiro trimestre de 2019, os serviços de telefonia não atingiram as metas de indicadores significativos em níveis considerados aceitáveis.

Mesmo assim, o surgimento de um serviço de provedor de Internet, em 2001, permitiu a uma empresária local criar o serviço on-line do Portal Tabatinga (portaltabatinga.com.br) (Silveira & Almeida, 2017). A progressiva expansão do Portal Tabatinga, de seu sítio eletrônico para páginas do *Facebook* e *Instagram*, criados nos anos de 2001, 2012 e 2018, respectivamente, atesta o avanço das redes de mídias sociais digitais e reconfigura a circulação midiática local. Ele se diferencia de outros veículos, guardando a característica de início, detida na circulação de fotografias de eventos pela internet. Ali, imagens da Amazônia deslumbrante apresentam-se atrativas, tanto para finalidades da cobertura noticiosa como para sua promoção de destino turístico. Ao analisar suas postagens, constatamos que ele busca enquadrar as três fronteiras na noção de *city branding*, extrapolando a nacionalidade enraizada numa nação em oposição a outras. Ao articular complementaridades, o Portal Tabatinga explora a condição de que a tríplice fronteira BRA-COL-PE alberga a meta de ingressar fortemente no circuito turístico internacional, onde Leticia já está, com seu aeroporto internacional, e fomentar o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

Ao explorar a cobertura noticiosa do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões (Festisol), ou o Festival da Confraternidade Amazônica, o Portal Tabatinga convoca iniciativas diversas que promovem valores intangíveis



e estabelecem midiaticamente a imagem de marca da tríplice fronteira. Muitas outras festividades são ali promovidas, como o Festival de Quadrilhas Juninas de Tabatinga, o Festival Folclórico Benjaminense, a Noite Internacional, a *Noche de Colombia*, projetando valores estéticos e tradições populares que compõem atrativos de alegria, paz e conagração.

A cobertura de atividades festivas preenche uma lacuna de informações e entretenimento de uma conurbação que está muito distante dos centros. Elas são produzidas também pelas emissoras de rádio da tríplice fronteira. Sua identificação costuma ser eficiente principalmente pela abordagem realizada nos três idiomas predominantes na oralidade da região, português, espanhol e ticuna, dado que a valoração linguística certifica uma base de comunidade de comunicação. O esforço, no entanto, tem suas limitações.

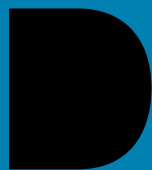
Em que pese as críticas, o *Plan Colombia* produziu uma repercussão midiática forte que inspiraria a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro em função da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Posteriormente, a Operação Geral da Lei e da Ordem naquela cidade em 2018 foi planejada com vistas a produzir uma “percepção de maior segurança” para o cidadão comum. Ressalta-se em contextos dessa natureza o desenvolvimento da noticiabilidade local legitimada na ação policial-militar.

Ao seguir as lógicas identitárias nos espaços heterotópicos, a exploração da mídia tende a seguir uma construção com as relações de alteridade. A zona tampão (*buffer zone*) amazônica tende a ser retratada na referência nacional a partir de vieses como “Rota da cocaína”, “Contrabando de pescado e armas” e “Turismo de floresta”. Em contradição, as explorações da mídia local dão preferência à promoção de festividades, serviços de informações para o consumo coletivo (horário de barcos Tabatinga-Manaus, câmbio de moedas) e proselitismo religioso (Silveira et al., 2017).

Ao pensar na fronteira da Colômbia com os países vizinhos, Zárate (2008) registra: “são faixas osmóticas cheias de respiradouros populares cujos habitantes ignoram tratados internacionais e formalidades governamentais, formando uma espécie de ‘terceiro país’” (p. 30). O enquadramento como “rota da cocaína” já contou inclusive com manifestação da população contra sua estigmatização midiática, decorrente da declaração de um delegado de polícia local a uma revista de circulação nacional do Brasil ao dizer que, em Tabatinga, “quem nunca traficou, um dia irá traficar” (Dalmolin & Silveira, 2016, p. 33).

O zelo profissional e dedicação à cobertura de festividades na conurbação evidenciam a competência em habilidades digitais de suas equipes. Anunciantes dedicados ao comércio de uma variedade de produtos como vestuário e cosmética financiam a exibição de seus serviços. O empreendimento do Portal Tabatinga, apoiado por entidades públicas brasileiras, pode ser interpretado como um exercício de poder brando e uma revisão do papel dos símbolos nacionalistas. A presença de entes públicos de nível local do município brasileiro (Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura Municipal) referendam a promoção da imagem de marca, o motor da atividade da comunicação de proximidade.

O Portal Tabatinga, além de seu sítio eletrônico e presença em redes de mídias sociais digitais, construiu uma rede de atores formada pelo que considera seus parceiros. Constituída, na maior parte, por instituições do poder público, levanta-se, neste contexto, a dificuldade em afirmar o espaço de local sem a conexão com autoridades. No *website*, a aba “Conheça Tabatinga”, no item “Sites do Governo”, há um link que redireciona para o Site Oficial do Governo Federal do Brasil, Site Oficial do Governo do Estado do Amazonas e, de Tabatinga, para o site oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal de Vereadores (Portal Tabatinga, 2022). Como mídia social, eles são o serviço de



informação mais ágil de acesso. Sua atividade noticiosa anima a construção de uma outra perspectiva de noticiabilidade, a da paradiplomacia comunicacional, exercitando uma perspectiva negociada localmente. Taupier (2010) estabeleceria ponderações sobre como a paradiplomacia, vale dizer, a diplomacia de governos subnacionais, poderia compor forças junto a atividades comunicacionais com vistas aos processos de integração (Oliveira e Nascimento, 2017).⁴

Discussão. Circulação midiática e poder brando

Da perspectiva da comunicação midiática, ao tentar avaliar as prescrições do Estado brasileiro, faz-se notório que ambas as versões de seu Livro Branco de Defesa Nacional (2012, 2020) adotam a perspectiva informacional própria dos estudos norte-americanos da primeira metade do século xx, posteriormente enquadrados como *Mass Communication Research*:

[...] a preocupação era com a transmissão da mensagem, tendo como enfoque a comunicação como parte de um processo mecânico no qual a informação segue um modelo telegráfico de elaboração e circulação, inspirada numa fórmula matemática capaz de controlar e produzir comportamentos automáticos. (Dalmolin et al., 2021, p. 77)

Um entendimento instrumental da noção de informação que não fundamenta aspectos para seu processamento, armazenamento, análise, circulação e qualificação de atividades, elementos constituintes do processo de midiatização da sociedade em curso.

O Livro Branco de Defesa registra menção a “Espaço Cibernético” (Brasil, 2020, p. 23) e breve manifestação de preocupação com possíveis ataques externos que possam comprometer a defesa nacional. Não ocorre referência específica a aspectos informacionais e são citadas as atribuições do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).⁵ Também há antigas preocupações registradas sobre atividades de informação.⁶ O setor cibernético é considerado estratégico e, junto dos setores nuclear e espacial, alinha-se aos sistemas de monitoramento e de controle.⁷

4 Justifica o autor: “Si es que el gobierno subnacional es la instancia gubernamental más cercana al ciudadano, y la tendencia actual es a que la política exterior, nacional y subnacional, se abra poco a poco a la participación ciudadana, queda en evidencia la relevancia que adquiere la paradiplomacia como una estrategia para la integración” (Taupier, 2010, p. 8).

5 “Prevê a implementação de um conjunto integrado de recursos tecnológicos – como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência. Além de ampliar a capacidade de monitoramento, mobilidade e presença na faixa de fronteira, o SISFRON contribuirá para a maior integração regional, entre órgãos de governo e também com países vizinhos” (Brasil, 2020, p. 113).

6 Igualmente, a publicação explicita preocupações que tomaram a dianteira em termos de segurança da informação: “Criado em 1975, [...] O CASNAV realiza, ainda, o desenvolvimento de algoritmos e sistemas aplicáveis à segurança da informação e à criptologia e desenvolve sistemas de informação para apoio administrativo” (Brasil, 2012, p. 105).

7 O Centro Tecnológico do Exército (CTEX), criado em 1979, possui um setor ocupado de Tecnologia da Informação e Comunicações (Radares, Rádios Militares e Optrônicos).



A Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira cita a Gestão de Informação como um exemplo dentre as “Capacidades de Defesa” previstas no Livro Branco (Brasil, 2020), dado entender-se que ela permite “gerar efeito dissuasório frente a ameaças e preservar os interesses nacionais do País, em um horizonte temporal determinado” (p. 35). Também há uma definição sobre a gestão de informação: “capacidade que visa garantir a obtenção, produção e difusão de conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando aos tomadores de decisão e aos responsáveis pela Defesa Nacional, em todos os escalões, o acesso a conhecimentos necessários ao processo decisório” (Brasil, 2020, p. 189).

Existem outros mecanismos legais que permitem avaliar a existência de elementos que concebem aspectos de uma política pública de informação por parte do Estado brasileiro. E uma política pública que produza o cotejo de dados está prevista. Ela seria sobre “infraestrutura aeroportuária e conexões aéreas; densidade de estradas e telecomunicações (unidades locais de estação de rádio, domicílios com linha telefônica, computador, televisão; acesso a serviços de comunicação por satélite e a cabo)” (Brasil, 2005, p. 19). No entanto, ela referenda a perspectiva instrumental em detrimento da relacional.

No mesmo sentido, a Colômbia editou a Ley de Fronteras 191 de 1995. E o propósito de cooperação e integração fronteiriça está expresso nos mesmos parâmetros instrumentais, as quais concebem as atividades comunicacionais midiáticas dentro do escopo genérico de desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural.

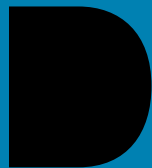
Em que pese a existência de legislação e políticas públicas que, em menor ou maior medida, envolvam as populações fronteiriças, a circulação da informação digital não conta com regulação que não seja aquela definida para as empresas de telefonia. Aspecto que representa uma ameaça aos modelos de negócio estabelecidos pelas mídias precedentes e à economia criativa.

No Brasil, o Marco Civil da Internet (2015), estabeleceu base em uma leitura alicerçada pelos princípios de privacidade e liberdade de expressão, estruturas operantes entre si. O cerne pela neutralidade da rede demonstra um eixo de responsabilidade pelo modo com que a rede deve responsabilizar-se por tudo que transporta em seu ambiente digital, seja pela natureza do conteúdo ou identidade do usuário:

Com a nova lei, o tráfego da internet poderá ser gerenciado desde que o usuário seja informado das políticas e das condições do contrato. As empresas de conexão e demais empresas de telecomunicações deverão agir com transparência, isonomia, em condições não discriminatórias e que garantam a concorrência. (Brasil, 2015, p. 14)

A atividade midiática favorece certas visões e restringe outras. A mídia, se estiver associada ao seu papel social e ao caráter social da comunicação, tem compromisso com a democracia e com os direitos humanos. A esfera midiática funciona como um espaço público e se apropria desta condição ao contribuir para a discussão de pautas relacionadas aos direitos humanos, que sejam significativas para o exercício da cidadania, como lugar de diálogo em que o cidadão alcançaria a liberdade e participaria ativamente na vida pública. Sobre este aspecto, Lafer (2003) analisa que “restaurar, recuperar, resgatar o espaço público que permite, pela liberdade e pela comunicação, o agir conjunto, e com ele a geração do poder, é o grande tema unificador da reflexão de Hannah Arendt” (p. 35). Deste conjunto de informações resulta algum tipo de conhecimento não formal que incide na vida dos cidadãos.

Em conformidade ao exposto, consideramos que as preocupações com a circulação da informação determinam enquadrá-la em novas bases em acordo à vertiginosa atualização da ecologia midiática. Ao considerar a atividade midiática como força integradora, ela se situa como elo de cooperação necessário e demandado no nível



local, definindo a atividade noticiosa em novas condições estabelecidas por plataformas digitais. Tais plataformas, vale recordar, são construídas para coletar e armazenar dados de usuários para processamento e monetização de conteúdo (Van Dijck et al., 2018). A modulação algorítmica que nelas opera assenta bases inovadoras para a circulação midiática (Gillespie, 2018).

Aspectos integrativos, transnacionais e/ou transfronteiriços da mídia digital têm sido promovidos por plataformas que exercem poder hegemônico nos fluxos comunicacionais. As redes de mídias sociais digitais atuam constituindo comunidades, as quais podem ser concebidas como plataformas afetivas que apostam em políticas de emoção, em contraposição à anterior estrutura rígida e pretensamente impessoal de conteúdos da mídia de referência. Notícias políticas na mídia convencional e alternativa costumam observar uma hierarquia noticiosa que segue parâmetros definidos pelo jornalismo profissional. Neste sentido, há muitos desafios para a democracia, especialmente quando se considera que os algoritmos e a inteligência artificial incidem de maneira que pode ser considerada arbitrária pelas instituições políticas assentadas nas estruturas do Estado nacional. Os jovens cidadãos e aqueles que contam com alfabetização em mídia digital são especialmente afetados pela nova dinâmica das plataformas digitais e a noticiabilidade que ali se inaugura e que possui características sociotécnicas inovadoras.

Por plataformas digitais nos referimos a motores impulsionadores de processos comunicacionais de amplo alcance, de um lado, mas que permitem a segmentação especializada, de outro. As plataformas prometem a integração social e a interação imediata através de padrões de navegação facilitados. No entanto, ao nível das práticas de cidadania, suas ameaças são relevantes, dado que elas são controladas por conglomerados transnacionais e atuam com base em sistemas algorítmicos de recomendação de conteúdo. Vale dizer, as plataformas incidem diretamente no padrão de produção e de acesso às informações veiculadas por agentes que, até um passado recente, gozavam de relativa autonomia editorial. Assim, as plataformas passaram a congregiar em um mesmo ambiente uma diversidade de operações que, na perspectiva da mediatização, denominamos de processos de circulação. O acesso a abundantes fluxos de informação on-line aparentemente promove a diversidade. No entanto, quando se atenta para o passado de concentração midiática em oligopólios, como é o caso do Brasil e tantas outras nações, é pertinente perguntar se a plataformização, por trás da aparente variedade que promove, não incidirá em processos semelhantes.

Conforme se observa, essa perspectiva retoma o vigor teórico com a emergência dos algoritmos no atual direcionamento de mensagens por plataformas digitais porque, segundo se referiu na seção anterior, a atuação da mídia de referência produziu impacto direto na construção da visada editorial sobre espaços periféricos, como são as fronteiras nacionais. Elas também possuíam franca capacidade de hierarquizar o padrão de informação considerada pertinente, suplantando, muitas vezes, a perspectiva local.

Estariam tais tarefas sendo substituídas pela ação não-humana de algoritmos? Num tal contexto, é concebível entender que as atividades comunicacionais midiáticas constituam em si programas sobre política de informação que incidem num cenário de conflitos potenciais?

As questões requerem atenção da comunidade de pesquisadores de comunicação e mídia do Brasil, acostumados à estabilidade de suas fronteiras. Um grande ativo da política internacional brasileira na América do Sul provém de que a estabilidade fronteiriça, vigente há mais de um século, goza de profundos vínculos socio-parentais estabelecidos com as nações vizinhas, em que pesem as diferenças do projeto colonial português



e espanhol nas Américas. A capilaridade das relações sociais tem sido capaz de manter estáveis relações que muitas vezes os Estados Nacionais descuidaram. E tais valores estribam-se na presença contínua e transnacional das matrizes indígenas.

Faz-se oportuno considerar a noticiabilidade que estrutura a atividade comunicacional midiática de padrão profissional num ambiente transfronteiriço como abarcando problemáticas desenvolvimentistas, políticas securitárias, ambientais, sanitárias ou identitárias. Em outro nível, questões de defesa, política externa ou segurança pública podem aparecer no noticiário em conformidade ao exercício do poder brando que se deseje imprimir, ao momento político ou à incidência de atores políticos.

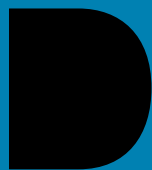
No entanto, o exercício midiático do poder brando (*soft power*) através dos símbolos nacionalistas na tríplice fronteira requer atenção especial. Revisando a presença do poder brando na mídia do norte global (Bolin, 2016), seria possível interpretar o Portal Tabatinga, financiado por entidades públicas brasileiras, como resultante de uma compreensão de exercício de poder brando por agentes brasileiros? A resposta positiva provém de que ele demonstra o esforço de atualizar midiaticamente os símbolos que possuem interpretação nacionalista. Podem, contudo, ser considerados de concepção pan-amazônica, através da contemporização da imagem de marca trinacional.

A complexidade da situação decorre de que o desenvolvimento da cultura digital deriva da presença de veículos de comunicação anteriores às plataformas digitais. A midiatização em curso rapidamente atualiza as populações fronteiriças e representa um novo ator na hipótese de uma situação conflitiva, ou de uma “guerra híbrida”. Assim, é concebível considerar que a atuação da mídia compõe uma política de informação eficaz e que necessita uma política pública atualizada. O estudo do papel da mídia para a democratização e desenvolvimento da coesão local, conforme aqui se ponderou, considera sua capacidade de superar a concepção de fronteira como espaço de fluxo em favor de um espaço de lugar e, assim, contribuir para sua “criação de lugar”.

Considerações finais: mídia, identidade cultural e securitização

A ambiência comunicacional entre cidades gêmeas promove uma dimensão transfronteiriça que conta com a atividade midiática para a dinamização de diversas situações da vida social e que também repercute na relação com os Estados vizinhos. Exemplo disso foram os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque. Eles contaram com ampla repercussão midiática nas fronteiras internacionais brasileiras, conforme ocorreu na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai (Montenegro & Béliveau, 2010).

Neste sentido, fundamentamos a questão sobre a atividade comunicacional midiática como capaz de atuar em favor de dirimir assimetrias transfronteiriças. Nossa hipótese de que a midiatização da tríplice fronteira BRA-COL-PE, por exemplo, encontra-se tensionada entre a promoção da identidade transfronteiriça com vistas a tergiversar pautas securitárias, tem sua obviedade estabelecida no caráter banal da comunicação midiática de expressão local. O espaço de local da tríplice fronteira seria, assim, promovido com vistas a mostrar-se superlativo a questões securitárias do cotidiano, as quais são historicamente mobilizadoras de preocupações das sociedades fronteiriças. Sua atividade profissional midiática, por vezes incipiente, mal remunerada ou improvisada, busca superar limitações. Através do recurso à transfronteirização de atividades, como ocorre com as rádios comunitárias de brasileiros e colombianos sediadas na Isla de Santa Rosa del Yavari, elude-se a legislação impositiva e a precária política nacional para as fronteiras de seus Estados nacionais. Os limites interpostos pelas burocracias locais do



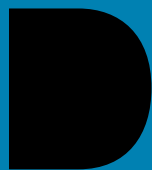
Poder Ejecutivo, o interesse ou inércia dos Poderes Legislativo ou Judiciário dificultam ações coordenadas. A atividade da Rádio Nacional do Alto Solimões, em Tabatinga, acena para a preocupação estatal de superar o deserto de notícias que ali imperava. A presença das Forças Armadas, como a Radio Polícia Nacional, em Leticia, exacerba a preocupação com a vigilância securitária, ao integrar uma política pública de desenvolvimento da cidadania. Em progressão dessa situação, o suporte do poder público no financiamento do Portal Tabatinga remete, em contraponto, ao exercício do poder brando do Estado brasileiro frente ao colombiano.

Cabe recomendar a necessidade de estudar como a atividade midiática da tríplice fronteira em referência, em seu esforço de projetar sua concepção comunicativa de espaço de local, modaliza o impacto de políticas externas distintas e soberanistas para as fronteiras nacionais, no caso, de três Estados nacionais. A presença de entes nacionais municipais, estaduais ou provinciais e nacionais é obviamente de difícil conciliação para a atividade midiática, seja ela de empresas estatais ou privadas. É possível concebê-las como atuando em prol da cooperação ou da integração, tomada como um poder brando de nacionalismos ou de paradiplomacia de entes locais. A promoção identitária é então utilizada para finalidades distintas e, em tal contexto transfronteiriço, a securitização converte-se num fator crítico para a atividade comunicacional midiática, fazendo jus à denominação antecipada ao começo deste artigo de “triângulo problemático: segurança, território e população” (Foucault, 2008, p. 7).

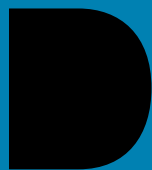
Por fim, supõe-se que as atividades comunicacionais midiáticas concebidas como securitizadoras podem derivar em ativos para a segurança pública, nacional e defesa. Elas colocam em questão a capacidade do Estado de organizar a colaboração com práticas privadas de paradiplomacia e seu uso potencial para finalidades securitárias.

Referências

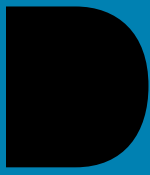
1. Agência Nacional de Telecomunicações. (2015). *Medidas em andamento*. http://www.anatel.gov.br/setor-regulado/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=372
2. Atlas da Notícia. (2022). *Mapeando o jornalismo local no Brasil*. <https://www.atlas.jor.br/>
3. Bolin, G. (2016). Afterword: The construction of markets for place branding and public diplomacy: A view from the north. *Place Branding and Public Diplomacy*, 12, 236-241. <http://doi.org/10.1057/s41254-016-0043-5>
4. Brasil. Decreto nº 7.496 de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. *Diário Oficial da União*, 9 jun. 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm
5. Brasil. (1979). Lei nº 6.634 de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm
6. Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
7. Brasil. (2005). *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Ministério da Integração Nacional. <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>
8. Brasil. (2012). *Livro Branco da Defesa Nacional*. Ministério da Defesa. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>



9. Brasil. (2015). *Marco Civil da Internet*. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. http://transparenciaoficial.com/publish/Lei%20Marco%20Civil%20da%20Internet_1da6e_Lei%20Marco%20Civil%20da%20Internet.pdf
10. Brasil. (2020). *Livro Branco da Defesa Nacional*. Ministério da Defesa https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf
11. Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: Proximidade e distâncias. Em J. C. Correia (Ed.), *Ágora jornalismo de proximidade: Limites, desafios e oportunidades* (pp. 35-48). UBI. <http://labcom.ubi.pt/livro/91>
12. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (2021). *TIC domicílios 2021. Lançamento dos resultados*. https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf
13. Colômbia. (1995). *Ley de Fronteras 191/1995*. Por medio de la cual se dictan disposiciones sobre Zonas de Frontera. Congreso de Colombia. <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=77293>
14. Colômbia. (2003). *Políticas de defensa y seguridad democrática*. Ministério de la Defensa. <http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>
15. Colômbia. (2021). *Estudio sector radiodifusión sonora: Análisis del sector de radiodifusión sonora e identificación de necesidades regulatorias desde la perspectiva del regulador convergente*. <https://www.crcom.gov.co/sites/default/files/webcsrc/documents/2022-07/Informe-Final-Compilado-Diagnostico-del-Sector-de-Radiodifusion-Sonora.pdf>
16. Convergência Digital. (2020). *MPF do Amazonas processa Anatel, Claro, Oi, Tim e Vivo por má prestação de serviços*. <https://www.convergenciadigital.com.br/Telecom/MPF-do-Amazonas-processa-Anatel%2C-Claro%2C-Oi%2C-TIM-e-Vivo-por-ma-prestacao-de-servicos-53107.html>
17. Cordeiro, C. (2015). Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. *Conjuntura Global*, 4(2), 124-132. <https://doi.org/10.5380/cg.v4i2.43167>
18. Corrêa, P., Dornelles, B., & Nazário, H. R. (2017). Artigos sobre comunicação e mídia de fronteira no Brasil nos eventos nacionais da Intercom (2001-2015). *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 16(32), 62-77. <https://doi.org/10.5902/2175497722103>
19. Dalmolin, A. R., Almeida, E. S., & Silveira, A. C. M. (2021). Os paradigmas informacional e relacional na formação em jornalismo. *Revista Latinoamericana de Estudios de la Comunicación*, 20(36), 73-82. <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/693>
20. Dalmolin, A. R., & Silveira, A. C. M. (2016). An Abyss Guarded: Security and Sovereignty in Televisual Journalistic Discourse about Amazon Frontiers. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 5, 29-41. <https://doi.org/10.37467/gka-revsocial.v5.368>
21. Euzébio, E. F. (2014). A fluidez territorial na fronteira ocidental da Amazônia: As cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). *Confins*, 21, 109-124. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v23n1.34851>
22. Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Loyola.
23. Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. Martins Fontes.
24. Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121. <https://revistaseletronicas.fiam-faam.br/index.php/recifof/article/view/722>.



25. Hjarvard, S. (2014). Mdiatização: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1), 21-44. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>
26. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Panorama geral Tabatinga*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga/panorama>
27. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Cidades e Estados: Tabatinga - Amazonas*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tabatinga.html>
28. Jobim, N., Etchegoyen, N., & Alsina, J. P. (2010). *Segurança Internacional: Perspectivas brasileiras*. FGV.
29. Lafer, C. (2003). *Hannah Arendt: Pensamentos, persuasão e poder*. Paz e Terra.
30. Larsen, A. G., & Naper, A. A. (2022). Reporting through patriotic lenses: How journalists and political actors understand and assess the community role of local journalism. *Journalism Studies*, 23(12), 1472-1487, <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2096099>
31. Lelo, T. V. (2021). A midiatização em perspectiva crítica. *Galáxia*, 46, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202148797>
32. Matos, S. (2010). *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política* (5ª ed.). Vozes.
33. Montenegro, S., & Béliveau, V. G. (2006). *La triple frontera: Globalización y construcción del espacio*. Miño y Dávila.
34. Müller, K. M., & Raddatz, V. L. S. (2015). *Comunicação, cultura e fronteiras*. Unijuí.
35. Oliveira, T. C. M., & Nascimento, R. F. (2017). Fronteira, paradiplomacia e desenvolvimento. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(12), 23-49. [10.30612/rmufgd.v6i12.7227](https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.7227).
36. Parada Bernal, M. (2018). Perspectivas del acceso a medios de comunicación en el Acuerdo Final entre el Gobierno Nacional y FARC-EP. *Ciudad Paz-andó*, 11(2), 7-15. <https://doi.org/10.14483/2422278X.13296>
37. Peru. (2006). *Libro Blanco de la Defensa Nacional*. https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/397073/Libro_blanco.pdf
38. Peruzzo, C. K., Tufte, T., & Casanova, J. V. (Eds.). (2011). *Trazos de una otra comunicación en América Latina*. Universidad del Norte/Alaic.
39. Portal Tabatinga. (2022). <https://portaltabatinga.com.br/>
40. Sanchotene, C. R., Silveira, A. C. M., & Schwartz, C. (2018). O jornalismo de proximidade em regiões de fronteira. *Vozes & Diálogo*, 17, 5-19. <https://doi.org/10.14210/vd.v17n01.p%25p>
41. Silveira, A. C. M. (2016). Ambivalência e cobertura jornalística de periferias. Em A. C. M. da Silveira e I. P. Guimarães (Eds.), *Conexões (trans)fronteiriças: Mídia, noticiabilidade e ambivalência* (pp. 24-43). EDUNILA. <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6207?jsessionid=869CC527F1E7E4C1234A49CC61B331A1>
42. Silveira, A. C. M. (2018). Globalization frontiers: Polyphony, identity, nation-state. Em S. V. Moreira & D. C. Ota. (Eds.), *Communication, media and culture: Brazil - US studies*. Intercom/EdUFMS.
43. Silveira, A., & Adamczuk, L. (2008). Indústrias culturais e faixa de fronteira no Brasil Meridional. *Mercator*, 3(5), 15-22. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/133>
44. Silveira, A. C. M., & Almeida, E. (2017). Panorama dos sistemas irradiadores na Amazônia brasileira: rádio e TV. Em J. T. Vargas & D. S. de Faria (Orgs.), *Um olhar integrado sobre a Amazônia, o Brasil e o conhecimento* (vol. 2, pp. 61-104). Lógica, Linguagem e Comunicação. Humanitas/UFOPA.



45. Silveira, A. C. M., Padilha Guimarães, I., & Schwartz, C. (2017). The name of the other: Media, heterotopias, and border country interactions. Em L. Robinson, J. Schulz, A. Williams, P. Aguiar, J. Baldwin, A. C. La Pastina, M. Martinez, S. V. Moreira, H. Pait, & J. D. Straubhaar (Eds.), *Brazil: Media country of the future* (pp. 137-162). Emerald. <https://doi.org/10.1108/S2050-206020170000013013>
46. Silveira, A. C. M., & Strassburger, T. (2013). A atualização de uma relação colonial. Em N. S. dos A. Seixas, A. C. Costa, & L. M. Costa (Eds.), *Comunicação: Visualidades e diversidades na Amazônia* (pp. 223-246). FADESP. <https://observatoriodiversidade.org.br/noticias/comunicacao-visualidades-e-diversidades-na-amazonia/>
47. Taupier, O. (2010). Integración desde lo micro: Paradiplomacia y la comunicación en el escenario latinoamericano. *Diálogos de la Comunicación*, 79, 1-9.
48. Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
49. Zárate, B. C. (2008). *Silvícolas, sirringueros y agentes estatales* [tese de doutorado, Universidad Nacional de Colombia]. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/6956>